

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS, LINGUAGEM E INTERAÇÃO SOCIAL

Cloris Porto Torquato é mestre em Linguística Aplicada e doutora em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem, da UNICAMP. Estuda políticas linguísticas desenvolvidas nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e políticas linguísticas desenvolvidas no Brasil, com ênfase em políticas desenvolvidas no âmbito educacional, voltadas para a formação dos professores. Seus trabalhos procuram pensar as questões linguísticas no ensino numa perspectiva discursiva, relacionando estudos sobre discurso e sociolinguística a estudos sobre letramento. E-mail: cloritor@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho apresenta o processo de constituição e consolidação do campo das políticas linguísticas no interior da Sociolinguística. Em seguida, expõe a proposta de R. E. Hamel (1988a, 1993, 2001) para análise das políticas linguísticas. Partindo das reflexões de Hamel, aponta possíveis abordagens de análise de políticas linguísticas nacionais e internacionais desenvolvidas no Brasil, propondo que os discursos oficiais sobre as línguas sejam cotejados com os discursos que circulam na sociedade brasileira acerca dos falantes e de suas línguas.

Abstract: The present work firstly presents the elaboration and consolidation of the field of language policy studies within Sociolinguistics. Secondly, it shows R. E. Hamel's proposal for the analysis of language policies. Finally, relying on Hamel's reflections, it points out possible approaches for the analysis of national and international language policies developed in Brazil, proposing that the official discourses about languages could be analyzed in dialogue with the discourses present in Brazilian society about the speakers and their languages.

Introdução

Relações entre linguagem e sociedade têm sido tema de estudos da Sociolinguística, da Análise do Discurso, da Pragmática, da Sociologia e de outros campos de estudos. Nosso texto se insere no conjunto desses estudos por abordar alguns aspectos das relações sociolinguísticas, dentre as quais destacamos as políticas linguísticas.

Na primeira parte de nosso texto, nos ocupamos da apresentação dos conceitos-chave das *políticas linguísticas* e do processo de constituição e consolidação deste campo no âmbito da Sociolinguística. Para tanto, indicamos algumas linhas gerais da Sociolinguística formuladas pelo sociólogo J. Fishman (1974a, 1995) e as características dos primeiros trabalhos sobre *política linguística*. Em seguida, focalizamos a introdução de novos aspectos abordados no estudo dessas *políticas* proposta pelo sociolinguista R. E. Hamel (1988a, 1993, 2001). Conceitos centrais das *políticas* são também apresentados a partir dos trabalhos do sociolinguista L-J. Calvet (2002, 2007). Os trabalhos deste autor abordam as *políticas linguísticas* como instrumentos inseridos na “guerra das línguas”; portanto, como instrumentos de relações de poder. Esta visão das *políticas linguísticas* como instrumento de relações de poder

fundamenta também os trabalhos de Hamel (1988a, 1993), cuja concepção de linguagem difere daquela que funda os estudos sociolinguísticos. Nos primeiros trabalhos da Sociolinguística, a linguagem é concebida como sistema em correlação com o sistema social. Para Hamel (op. cit.), a relação entre linguagem e sociedade se dá pela linguagem, entendida como ação social. As políticas linguísticas são, portanto, instrumentos e espaços de relações de poder e de conflitos de interesses.

Os trabalhos de Hamel (op. cit.) e Calvet (2005, 2002, 2007) são relevantes para o contexto de estudos das políticas linguísticas na América Latina, porque os autores assinalam que as relações sociolinguísticas implicam relações de poder. Essas relações de poder e os conflitos sociais presentes na linguagem caracterizam os contextos estudados pelos autores, contextos marcados por forte assimetria social, decorrente das heranças do colonialismo. Hamel (1988a, 2001) analisa relações de poder em situações comunicativas de comunidades indígenas do México, onde as línguas indígenas são dominadas pela língua espanhola. Calvet (1995) focaliza relações de poder e dominação em países africanos que têm o francês como língua oficial, língua que domina sobre as línguas africanas. Esses autores mostram que a dominação linguística reflete as dominações sociais. No contexto do colonialismo e ainda após o fim do colonialismo, nos países latino-americanos, as línguas dos colonizadores dominam sobre as línguas locais e refletem assimetrias sociais herdadas do sistema colonial.

Na segunda parte do trabalho, procuramos identificar possíveis temas a serem investigados, a partir da abordagem proposta por Hamel (1988a, 1993, 2001), no campo das *políticas linguísticas* hoje desenvolvidas no Brasil. Procuraremos estabelecer relações entre políticas institucionais e não-institucionais: propomos que as análises das *políticas linguísticas* cotejem textos legislativos com discursos produzidos por diferentes atores sociais, como textos da mídia, entendendo-os como ações político-discursivas. Esses discursos compõem políticas não-institucionais que interagem com as políticas institucionais.

1. Sociolinguística, Política Linguística e Planejamento Linguístico

O conceito de *política linguística*, que engloba o de *planejamento linguístico*, foi formulado no campo da Sociolinguística, sobretudo, a partir dos anos 1960 e estava inserido na própria constituição desse campo. A Sociolinguística foi fundada, nos Estados Unidos, por “estudiosos oriundos, em sua maioria, da Antropologia, da

Sociologia e da Linguística (...) tendo, como interesse comum, questões temáticas relacionadas a aspectos sociais e culturais da linguagem” (Alkmim, 2003, p.593). Ainda que as relações entre linguagem, cultura e sociedade tenham sido abordadas muito antes da década de 1960¹, o estabelecimento de uma área de estudo nos moldes científicos (em especial das ciências humanas) que se ocupasse dessa ligação ocorreu somente em meados do séc. XX, em um congresso realizado (em 1964) na Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), e foi consolidado com a publicação (em 1966) dos trabalhos ali apresentados, sob a organização de William Bright, com o título de *Sociolinguistics*².

A distinção estabelecida por esse novo campo em relação a estudos anteriores que focalizavam a ligação entre linguagem e sociedade consiste no fato de que esse campo considera que tanto a língua quanto a sociedade são sistemas estruturados e não uma coleção de itens. A Sociolinguística define como sua tarefa “demonstrar a covariação sistemática das variações linguística e social, e, talvez, até mesmo demonstrar uma relação causal em uma ou outra direção” (Bright, 1974, p.17). Fishman (1974a), assim como Bright (1974), afirma que cabe à Sociolinguística, dentre outras tarefas, “descrever os padrões gerais ou normativos de uso linguístico num dado complexo ou comunidade de fala, a fim de mostrar a *natureza sistemática* das alternâncias entre duas variedades, dentre os indivíduos que compartilham de todo um repertório de variedades”. (p. 28, grifo do autor)

A determinação dessa tarefa reflete o posicionamento contrário da Sociolinguística às tendências, então dominantes na Linguística, de entender as línguas como homogêneas e uniformes e de afastar dos estudos linguísticos, sob o rótulo “guarda-chuva” da “variação livre”, as variações. Entendendo que a variação linguística não é “livre”, mas correlacionada a diferenças sociais (variações sociais \Leftrightarrow variações linguísticas), a Sociolinguística elege a diversidade linguística como seu objeto de estudo e procura abranger diferentes dimensões de apreensão das relações entre linguagem e sociedade. A primeira dimensão é o condicionamento: a diversidade linguística é *condicionada* principalmente pelos seguintes fatores: *a identidade social do emissor, a do receptor e o contexto*.

Dependendo dos objetivos do estudioso sociolinguista, essa diversidade pode ser apreendida por pesquisas sincrônicas ou diacrônicas, que abordem dimensões temporais distintas do fenômeno sociolinguístico. As pesquisas podem também focalizar os usos

que os falantes fazem das línguas ou as crenças desses falantes sobre seu próprio comportamento linguístico e podem, ainda, apreender a diversidade na sua extensão pluridialetoal, plurilíngue ou plurisocietal. Os estudos sociolinguísticos podem ser aplicados em diagnósticos da estrutura social, na reflexão sobre a história das línguas e no *planejamento linguístico*³ (Bright, 1974).

No estabelecimento do campo da Sociolinguística, a identificação das dimensões de suas pesquisas (desde os fatores que condicionam a diversidade às aplicações das pesquisas sociolinguísticas) aponta para a necessidade de um constante diálogo com o campo mais amplo das ciências humanas e sociais, de modo que se estabelece uma associação indispensável com a Antropologia, a Sociologia⁴ e a História. Essa associação, produzida, sobretudo, pelo fato de seus principais expoentes e fundadores serem sociólogos (J. Fishman e B. Bernstein) e antropólogos (J. J. Gumperz e Dell H. Hymes), caracteriza a Sociolinguística como um entrecruzamento de postulados teórico-metodológicos. Ademais, esse campo de estudo da linguagem ocupa-se de uma diversidade de problemas (dentre os quais, as políticas linguísticas) e uma diversidade de objetivos que, unidas à diversidade teórico-metodológica, inviabiliza uma uniformização teórica ou metodológica do campo.

Levando em consideração toda essa diversidade característica desse campo de estudos, optamos neste trabalho por estabelecer algumas reflexões sobre o campo das políticas linguísticas no interior da Sociolinguística a partir dos estudos desenvolvidos pelo sociólogo J. Fishman (1974a, 1995). Partindo do pressuposto básico de que é inquestionável a ligação entre linguagem e sociedade, J. Fishman (1995), em seu livro *Sociología del lenguaje*, afirma que a língua não é apenas um *veículo* de algum conteúdo. É também um conteúdo *em si*, pois concomitantemente indica lugares sociais e relações pessoais, é carregada de valores e marca situações e temas.

Em sua íntima relação com a sociedade/comunidade linguística, a língua revela-se diversa. Há diferentes níveis linguísticos dependendo das diferenças de interesses e ocupações de seus falantes, há diferenças sociais – delimitadas por níveis educacionais, econômicos e étnicos dos falantes – e há diferenças regionais. Os conjuntos destas variedades são denominados por Fishman (op. cit.) como “repertório linguístico”, que compõe um sistema relacionado com a comunidade linguística⁵.

Partindo dessa concepção de linguagem, o autor estabelece o campo de pesquisa da Sociologia da Linguagem. Fishman (1995) – focalizando as diferenças de

perspectivas de linguagem, de objetivos, problemas e metodologias que a Sociolinguística estabelece em relação aos estudos da linguagem mais voltados para a estrutura linguística – propõe que o campo de estudos que se ocupa da relação entre linguagem e sociedade seja designado Sociologia da Linguagem, ressaltando o caráter sociológico das pesquisas. O autor indica que, nesse campo, as investigações sobre os fatos linguísticos não podem deter-se em análises de elementos internos à língua. O estudo da linguagem deve consistir em:

- Descrição da organização social do uso linguístico em uma comunidade (Sociologia Descritiva das línguas ou Sociolinguística Descritiva): quem fala que língua ou variedade linguística, a quem, quando e com que finalidade? Quais são as características linguísticas e funcionais dessa variação? Quanto do repertório linguístico total da comunidade está disponível para sua rede de interação mais ampla?
- Explicação do porquê e de como há diferentes organizações sociais de uso linguístico em uma mesma comunidade (Sociologia Dinâmica da Linguagem). O que explica as mudanças da organização social dos usos da língua e de comportamento frente à linguagem? Quais são os valores simbólicos atribuídos às variedades pelos falantes?
- Aplicação dos resultados das descrições e das explicações em políticas públicas, nas políticas linguísticas, nas políticas educacionais (Sociologia Aplicada da Linguagem).

Segundo Fishman (1995), a subdivisão do campo da Sociologia da Linguagem visa explicitar os fatos linguísticos a serem pesquisados e as ações a serem desenvolvidas no estudo das relações entre linguagem e sociedade. No entanto, não há limites estanques entre os subcampos. Cada subcampo depende dos demais e é por eles complementado.

O estudo sociológico da linguagem implica a determinação das regularidades linguísticas, que configuram os *domínios*⁶. Esses são abstrações que o estudioso deve realizar para recorte e análise das manifestações linguísticas, especialmente para a compreensão de comunidades bilíngues e/ou plurilíngues. Os domínios são definidos por níveis sócio-institucionais e são tão numerosos quantas forem as instituições sociais ou as esferas de atividade da comunidade linguística estudada.

Ao delimitar um domínio, o estudioso da linguagem deve observar: as funções sociais dos interlocutores, os lugares e tempos da interlocução, os temas e tópicos daí recorrentes e as escolhas linguísticas. A análise desses aspectos permite a configuração do contexto micro, que está profundamente relacionado ao contexto sócio-histórico macro. Assim, a análise dos domínios, que implica a inter-relação dos contextos micro e macro, gera a configuração de um “mapa sociolinguístico”. Esse mapa explicita os lugares de usos das línguas (ou variedades linguísticas) e sua formulação é pré-requisito para o estudo, a elaboração e aplicação de ações políticas sobre as línguas, empreendidas especialmente pelo poder institucionalizado do Estado. Essas ações políticas visam organizar e normatizar a diversidade linguística, principalmente em situações e contextos bilíngues ou plurilíngues, e são denominadas *planejamento linguístico*.

Trabalhos iniciais sobre *planejamento linguístico* (Haugen, 2001; Kloss, 1969) estabeleceram espaços e modelos de intervenções sobre as línguas. Essas ações podem ser sobre o *status* das línguas em sociedades bi- ou plurilíngues, determinando os espaços e as funções sociais da língua na comunidade, como língua oficial, língua nacional, língua da mídia e da educação (*planejamento de status*). As intervenções podem também ocorrer sobre as próprias línguas, definindo ortografias, léxico e sintaxe (*planejamento de corpus*).

Fishman (1971, 1975) indica que as primeiras ações de *planejamento linguístico* desenvolveram-se no contexto da constituição de novos Estados-Nações. O autor analisa a interligação entre a emergência das nações, o nacionalismo e o *planejamento linguístico*, apontando o impacto que o nacionalismo exerceu sobre atividades de regulamentação das línguas sob a determinação do Estado. Fishman (1971, 1975) apresenta ações de *planejamento linguístico* tanto no estabelecimento do nacionalismo nos já formados Estados⁷ europeus quanto na constituição de novos Estados nas recém independentes ex-colônias dos impérios coloniais europeus no século XX (como as colônias portuguesas, francesas e inglesas na África e Ásia).

Segundo Fishman (1971, 1975), o nacionalismo configura-se como um movimento que pretende estabelecer uma unidade inerente a grupos que não eram unidos antes, utilizando como fatores de integração os laços familiares e a localidade. A construção dessa unidade se dá a partir da criação de uma autenticidade histórica, que enfatiza uma uniformidade sentimental expressa pela herança de longos tempos. Na

construção do nacionalismo pelo Estado, o *planejamento linguístico*, inicialmente, configura-se como parte do processo de formação e consolidação do Estado-Nação. A configuração do Estado moderno demanda a adoção e oficialização de uma língua para o contato administrativo entre o povo e o poder constituído. Nesse contexto, a adoção de uma língua oficial para comunicação entre administração pública e cidadãos não implica a extinção nem exatamente o controle da diversidade linguística.

Enquanto essa diversidade não representa uma ameaça ao poder constituído, não há necessidade de ações de cunho controlador. Entretanto, a partir do momento em que a língua passa a constituir um elemento fundamental dos discursos identitários de grupos sociais que podem ameaçar o poder estatal⁸, construindo novos referenciais de lealdade e pertença distintos do Estado, são desenvolvidas ações visando ao controle dos usos e das formas linguísticas (enfim, da diversidade linguística) no interior deste Estado (Hobsbawm, 2002; Anderson, 2008).

O *planejamento linguístico* configura-se, então, como um dos aspectos constitutivos da unidade e da identidade nacionais construídas pelo Estado, o qual visa o estabelecimento das pertenças e lealdades que garantem a consolidação do seu poder (Fishman 1971; 1975). Nesse sentido, a adoção de uma língua (ou variedade linguística) por parte do Estado integra a construção discursiva da identidade nacional e precisa ser justificada para os cidadãos (Hobsbawm, 2002). Especialmente em um contexto de lutas pela conquista da lealdade dos diferentes grupos sociais, o Estado utiliza os conhecimentos técnico e científico sobre a linguagem na implementação e na defesa de ações de *planejamento linguístico* de modo a promover e assegurar que a cada Estado corresponda uma Nação, um Povo e uma Língua.

Como campo responsável pelo desenvolvimento de estudos relativos ao *planejamento*, à Sociologia Aplicada da Linguagem cabe explicitar os domínios das línguas (ou variedades linguísticas) e propor ações de definição dos espaços e funções das línguas (*planejamento de status*) e de padronização das línguas, codificando a ortografia e o vocabulário e produzindo gramáticas (*planejamento de corpus*).

O *planejamento linguístico* – definido por L-J. Calvet (2002) como a “implementação prática de uma política linguística, em suma, a passagem ao ato” (Calvet, 2002, p.145) – recobre **um** aspecto da *política linguística*: as ações políticas efetuadas pelo poder institucional do Estado. Para além deste aspecto institucional, a *política linguística* é definida como “um conjunto de escolhas conscientes referentes às

relações entre língua(s) e vida social” (Calvet 2002:145). Para Calvet, as *políticas linguísticas* podem ser elaboradas por grupos que desempenham papéis distintos na organização social, mas apenas o Estado tem o poder e os mecanismos para pôr em prática determinadas escolhas.

Neste sentido, as *políticas linguísticas* consistem em um conjunto de propostas de um grupo de pessoas que conscientemente visa estabelecer relações entre língua e sociedade, focalizando os lugares e as formas de uso da(s) língua(s). Esses grupos podem ser supranacionais (lusofonia, francofonia) ou podem ser representantes de grupos sociais e étnicos no interior de um mesmo Estado político (catalães, flamengos, bascos, grupos étnicos latino-americanos e africanos). Mediante a possibilidade de outros atores sociais criarem demandas relativas às questões linguísticas, o Estado reserva para si o *planejamento linguístico*, garantindo a exclusividade de legislar sobre as línguas com o objetivo de garantir o controle sobre as reivindicações e ações político-identitárias de seus cidadãos.

Para Calvet (2002, 2007), há duas formas de gerir as *políticas linguísticas*: *in vivo*, “que procede das práticas sociais”, e *in vitro*, que consiste na “intervenção sobre essas práticas” (Calvet, 2002, p.146). O primeiro refere-se às formas como as pessoas resolvem os problemas com a comunicação no cotidiano. Essas soluções não são determinadas por uma lei ou por decreto. Elas surgem no processo social e são produtos das práticas sociais. O autor cita como exemplo desse processo a formação dos pidgins como soluções comunicativas nos contextos das sociedades colonizadas.

A gestão *in vitro* refere-se a ações derivadas de pesquisas e se consolida como ações de poder e controle. Esse tipo de gestão desenvolve-se principalmente por intermédio dos linguistas, que analisam as situações linguísticas, descrevem-nas, constroem hipóteses sobre o futuro das situações e propõem formas para regular os problemas linguísticos da comunidade linguística em questão. Em seguida, os políticos estudam os resultados e propostas apresentados; a partir desse estudo, escolhem as propostas que lhes parecem mais adequadas e aplicam-nas. Por vezes, o Estado implementa decisões sem a participação dos linguistas. Apesar da participação dos estudiosos da linguagem, a gestão *in vitro* configura-se fundamentalmente como *planejamento linguístico*.

Segundo Calvet (2002, 2007), as duas formas de gestão (*in vivo* e *in vitro*) podem ser conflituosas entre si; por exemplo, o Estado pode implementar a

oficialização de uma língua que o povo não aceita ou que não considera uma língua, mas um dialeto. Essas diferenças entre a perspectiva do poder institucional e a dos falantes podem existir porque a *política linguística* implica o estabelecimento de relações entre as análises requeridas no *planejamento* e a intuição popular sobre a(s) língua(s) em questão; sobretudo, envolve as relações de poder do Estado e dos atores sociais. A questão linguística é constituída nessas relações e as reflete, sendo as atitudes e os valores atribuídos às línguas (ou variedades linguísticas) produzidos nessas relações.

Calvet (2002, 2007), referindo-se à bibliografia inicial produzida sobre *políticas linguísticas*, indica que os conflitos decorrentes de ações de *planejamento linguístico* nem sempre estiveram no foco das pesquisas do campo das políticas linguísticas. Os primeiros trabalhos produzidos sobre *planejamento linguístico* ocuparam-se principalmente da descrição das ações implementadas e dos contextos de efetivação dessas ações sem enfatizar as implicações político-sociais das implementações.

Assim como Calvet (op. cit.) e Fishman (1971), Hamel (1993) observa que os primeiros trabalhos científicos sobre *planejamento linguístico* surgiram nos anos 1960, no contexto do processo de independência dos países asiáticos e africanos, e fundamentavam-se em uma perspectiva de Estado nacional que determinava que a cada Estado deveria corresponder uma Nação, um Povo e uma Língua. Esses trabalhos, predominantemente de procedência anglo-saxônica, adotam “una concepción circunscrita a la intervención institucional bajo la denominación general de *planificación del lenguaje* (language planning) y no se refiere al concepto de política en su sentido amplio, superordenado” (Hamel, 1993, p.8, grifo do autor), de modo que não discutem os conflitos decorrentes do *planejamento linguístico* nem as relações de poder determinantes desse *planejamento*.

Embora haja textos sobre *planejamento linguístico* que abordem os fatores sociais, políticos e econômicos do *planejamento*, poucos se dedicam aos *processos* de decisão política em que os conflitos político-sociais emergem. Como indica Fishman (1974b), apresentando o “estado da arte” dos trabalhos referentes ao *planejamento linguístico* até o início da década de 1970, são escassos os trabalhos que mostram como são formuladas as decisões políticas dos Estados e como os compromissos entre interesses e visões divergentes do Estado e de outros atores sociais são estabelecidos.

Os trabalhos produzidos até a década de 1970 ocuparam-se principalmente de teorizar sobre o *planejamento linguístico*, de estudar os produtos das codificações e elaborações de aspectos técnicos da língua e de estudar os diferentes métodos de implementação e avaliação dos *planejamentos*. Nesse período, poucos estudiosos focavam suas pesquisas nos “planejadores” (linguistas e agentes do Estado) deixando de mostrar que, assim como a população/os falantes, os planejadores também realizam suas escolhas a partir de hábitos, atitudes, valores, lealdades e preferências. Ademais, poucos trabalhos abordavam implementações alternativas de políticas, diferenciadas em função da variedade da população e dos contextos sociais⁹ (Fishman, 1974). Enfim, na década de 1970, os aspectos políticos envolvidos nas próprias propostas e ações dos planejadores eram pouco investigados; além disto, havia um certo padrão de tentativa de objetividade¹⁰ na pesquisa e na realização dos *planejamentos*.

Hamel (1993) e, em certa medida, Calvet (2002; 2007) indicam que o enfoque dos estudos no campo das *políticas linguísticas* voltou-se para os conflitos de interesses e para os conflitos sociais, inerentes a essas *políticas*, principalmente a partir dos trabalhos produzidos pela sociolinguística catalã. Os estudos sociolinguísticos catalães focalizaram as relações de poder e os conflitos político-ideológicos nas *políticas linguísticas*. Os sociolinguistas catalães – contrapondo-se à visão funcionalista e tecnocrática do *planejamento linguístico* anglo-saxão dos anos 1960 e 1970 – formularam o conceito de *normalização*.

El concepto de normalización se refiere sobre todo al estatus de una lengua; se define como el proceso de oficialización y extensión completa de una lengua dominada a todos los ámbitos de la vida social de un pueblo o Estado, sobre todo a las funciones públicas; abarca también su estructura lingüística (corpus), puesto que implica la estandarización de la lengua en cuestión. Las conceptualizaciones de la sociolingüística catalana sólo se explican por su contexto histórico como producto y factor de la lucha catalana de los años sesenta y setenta en contra de la represión lingüística del franquismo. Su política de lenguaje apuntaba al pleno reconocimiento del catalán como lengua independiente del español (y no dialecto de éste), primero, y por su plena expansión a todos los ámbitos de la vida catalana después. (Hamel, 1993, p.11)

Ao explicitar o contexto sócio-histórico de produção da sociolinguística catalã, Hamel (1993) aponta as lealdades e preferências dos linguistas catalães, explicitando o caráter político-ideológico que subjaz a esta corrente da Sociolinguística¹¹. O autor mostra, ainda, que a contraposição ao modelo de *planejamento linguístico* tecnocrático

gerou novas propostas de abordagem das *políticas linguísticas*, que se caracterizaram por enfatizar os conflitos sociais dos grupos envolvidos nas *políticas*. Para além de se referirem às línguas e à sociedade (sistema, estrutura autogeradora), essas novas abordagens¹² introduzem a concepção de linguagem como ação social, focalizando os sujeitos, os grupos sociais em conflito e os discursos produzidos por esses sujeitos.

Hamel (1993) aponta a necessidade de uma nova concepção de política, que integre o institucional e o não-institucional e os interesses conscientes e inconscientes dos grupos sociais. O autor exemplifica a necessidade de uma visão integradora da política citando as *políticas linguísticas* no México:

En el caso de México, difícilmente podríamos comprender de manera cabal las políticas institucionales frente a las lenguas indígenas si no tomáramos en cuenta tanto el conjunto de fuerzas sociales (las políticas implícitas) que ejerce presiones sobre la situación lingüística, como las políticas acerca del español, la lengua nacional, su papel en la definición de la identidad nacional y su función homogeneizadora en la construcción del Estado nación. (Hamel, 1993, p.18)

A compreensão das *políticas linguísticas* e dos conflitos geradores e decorrentes dessas políticas remete-nos à constituição do Estado-Nação e à construção da unidade e da identidade nacionais não apenas no caso do México. Como vimos anteriormente, a construção do nacionalismo estatal requer que o poder institucional do Estado conquiste a lealdade dos cidadãos; além disto, requer que engendre formas de, concomitantemente, manter essas lealdades e reprimir grupos que procurem subtraí-las do Estado. As *políticas linguísticas* constituem um dos instrumentos institucionais de controle do Estado sobre eventuais tentativas de construção de novas identidades e lealdades que tenham como mote as línguas.

Referindo-se à inter-relação entre *política linguística* e identidade, Hamel (1988a) indica que as *políticas linguísticas* produzem transformações na identidade cultural dos grupos sociais, uma vez que geram transformações na base interpretativa desses grupos pelas mudanças nos padrões culturais de interação¹³ e de interpretação do mundo. Um exemplo dessas transformações ocorre quando cidadãos se veem impedidos de usar sua língua materna e obrigados a utilizar outra língua em diversas situações sociais, como os falantes de línguas indígenas ou de imigrantes no Brasil ou os falantes de crioulo em Cabo Verde.

Para Hamel (1988a), as *políticas linguísticas* fundam um processo histórico de transformações linguísticas e sociais com a intervenção política, pois implicam transformações de formas ou de usos linguísticos e também transformações nas relações que os indivíduos estabelecem com sua própria língua ou com outra(s). Tendo em vista a profundidade social da interferência das *políticas linguísticas*, esse autor assinala que o estudo para a implementação destas políticas ou o estudo das políticas já desenvolvidas demanda uma abordagem interdisciplinar da questão, envolvendo a Sociologia, a História e a Linguística (entrecruzamento característico da Sociolinguística, como indicamos no início deste texto). Na perspectiva de Hamel (1988a, 1993), a interdisciplinaridade no campo das *políticas linguísticas* tem como pressupostos uma concepção de linguagem como ação social e uma visão integradora de política, diferindo da perspectiva de *planejamento linguístico* que inicialmente caracterizou os trabalhos em *políticas linguísticas*.

Ademais, para além da identificação e da análise das ações sobre *as* línguas (*status*) e sobre *a* língua (*corpus*) (Calvet, 2002; 2007), Hamel (1988a; 1993; 2003) indica que o estudo das *políticas linguísticas* requer a análise dos discursos dos diferentes atores sociais envolvidos nessas *políticas*, de modo a apreender as relações de poder e os conflitos sociais presentes nessas *políticas*. Nesse sentido, o trabalho de Hamel permite-nos repensar o conceito de política *in vivo*, apresentado por Calvet (2002, 2007): mais que as ações dos falantes na busca de resolver seus problemas de comunicação, as políticas *in vivo* podem ser entendidas como as ações discursivas dos atores sociais distintos do Estado na realização das *políticas linguísticas*.

Embora Hamel não defina sua análise de situações comunicativas como *política linguística in vivo*, as análises de situações concretas de comunicação/interação apresentadas por Hamel (1987; 1988a; 1988b; 2001) apontam as relações que os falantes estabelecem com as línguas (atitudes) e com as *políticas linguísticas* institucionais. As análises podem, portanto, revelar como esses falantes têm agido politicamente em relação às línguas e às ações institucionais; enfim, as análises discursivas de Hamel explicitam as *políticas linguísticas* que os falantes realizam em diferentes papéis sociais. A partir dessas análises, Hamel (1988a, 1993, 2001) propõe uma nova perspectiva de sociolinguística: uma sociolinguística da ação linguístico-social.

1.1. *Uma sociolinguística da linguagem como ação social para o estudo das políticas linguísticas*

Hamel (1988a) entende que a língua “no constituye solamente un ‘vehículo o canal’ para determinados contenidos de la cultura (...), sino que forma parte indissociable de la estructura y la experiencia misma del pensamiento, el saber social e la tradición cultural de una etnia” (Hamel, 1988a, p.46), caracterizando-se como parte do conteúdo social.

Para este autor, os significados dos discursos e dos conteúdos sociais veiculados pela linguagem são construídos historicamente dependendo das significações e relações sociais. Uma comunidade de fala elabora determinados significados para determinadas situações sociais. A partir do conhecimento que o falante tem dessas situações e seus significados, ele constrói/atribui sentidos para as situações novas que vivencia. Assim se produz sua experiência, entendida como conteúdo social ou cultural.

Esta perspectiva teórica entende a cultura como os modos de vida (que constituem determinados padrões de interação) e os modos de interpretação do mundo (que são construídos historicamente por meio das experiências vividas) de grupos sociais. Esses grupos desenvolvem formas próprias de organização sociocultural no interior de uma formação nacional, a qual implica relações sócio-econômicas, políticas e culturais. Tais relações se concretizam em estruturas de classes¹⁴.

Nesse sentido, a língua não apenas veicula uma experiência, um conteúdo cultural, mas ela própria é conteúdo, pois lhe são intrínsecos os sentidos das relações sociais e as formas de apreensão e realização das situações sociais. Partindo deste pressuposto, Hamel indica os principais temas de investigação dos quais a sociolinguística deve se ocupar para o desenvolvimento de *políticas linguísticas*:

- *Experiência coletiva e sistema de simbolização*, que focaliza quais são, em que consistem e como se estruturam os conteúdos da experiência coletiva de um determinado grupo social (delimitado por critérios sócio-econômicos, de práticas sociais, e/ou étnicos), ou seja, como se estrutura a cultura desse grupo. Para a investigação desse tema, são levadas em conta as situações comunicativas chaves, as redes sociais e as biografias dos falantes (aproxima-se do conceito de domínios, formulado por Fishman).
- *Posição social, prestígio e representação do conflito*, que enfoca os valores e representações atribuídos às línguas, observando a existência (ou não) de

distribuição desigual de prestígio às línguas e de contradições sistemáticas entre usos e representações. Esse tema implica a análise dos discursos públicos produzidos pelos difusores da língua dominante e dos discursos produzidos pelos falantes de diferentes classes sociais a respeito das línguas usadas naquela comunidade.

- *Estrutura e características dos espaços discursivos*, que trata da distribuição social das línguas em determinados espaços pelo desempenho de diferentes funções, a existência (ou não) de conflitos ou trocas de registros linguísticos nos espaços que cada uma ocupa e a possível expansão ou restrição destes espaços bem como os critérios que lhe são determinantes.

- *Código oral e código escrito*, que se ocupa dos lugares em que se situam a oralidade e a escrita na comunidade, investigando a existência de usos sociais da escrita em uma língua (normalmente a de maior prestígio), as suas funções e as suas implicações para a construção das experiências sociais (práticas e valores) dos sujeitos. Hamel assinala que o estudo desse tema é posterior à investigação dos espaços ocupados pelas línguas.

- *A aquisição das línguas (ou variedades linguísticas) de maior e de menor prestígio*, que se refere à existência (ou não) de uma distribuição nítida entre as línguas de modo a determinar que a de menor prestígio seja aprendida como língua materna e a de maior como segunda língua. O estudo desse tema implica indicar também se existem monolíngues em alguma destas línguas na comunidade e se existem mecanismos para a aquisição da língua de menor prestígio como língua segunda.

- *Variação dialetal e contato entre as línguas (problemas de classificação)*, que focaliza a classificação e a distinção entre as línguas (e entre língua e dialetos). O autor destaca que esta classificação não pode restringir-se a aspectos da estrutura linguística, mas deve incluir critérios externos – históricos e sociais e a consciência e classificação dos próprios falantes.

- *A estrutura linguística das variedades de maior e de menor prestígio* (exclusivamente com relação às variedades de uma mesma língua), que trata do estudo da manifestação do conflito e da troca nas estruturas propriamente linguísticas (léxico, sintaxe, fonética e fonologia). Este estudo investiga a existência: a) de traços linguísticos que caracterizem a diglossia (recorte sincrônico das funções gramaticais e sociolinguísticas que as variedades desempenham) e b) de processos diacrônicos de mudanças na estrutura linguística que provoquem distinções entre os dialetos.

Esses temas de análise correspondem, em certa medida, à noção de *domínio*, formulada por Fishman (1995; 1979). Entretanto, avançam para além dessa noção por implicarem uma concepção discursiva de linguagem, assinalando os aspectos sociais, históricos e culturais constitutivos da linguagem, dos discursos produzidos pelos falantes dos diferentes grupos sociais de uma dada sociedade.

Segundo Hamel, o estudo sociolinguístico das *políticas linguísticas* deve inicialmente focalizar esses temas e perscrutar as relações sociais identificando as relações de poder e os conflitos (ou a ausência destes) nos discursos institucionais e não-institucionais. Os discursos (situações comunicativas) são estruturados em níveis: a estrutura linguística (alfabeto¹⁵, gramática e léxico), a estrutura discursiva (formas de interação verbal) e os modelos e esquemas culturais (os saberes que orientam as ações dos sujeitos). Esses níveis se entrecruzam na produção dos discursos e devem ser identificados e relacionados na análise, de modo a explicitar as diferentes ações político-discursivas dos atores sociais.

2. Políticas linguísticas brasileiras – políticas nacionais e internacionais

Neste tópico de nosso texto, procuramos pontuar algumas ações de *políticas linguísticas* empreendidas pelo Estado brasileiro e por outros atores sociais tanto na esfera nacional quanto na internacional. Em nosso trabalho, focalizamos, no âmbito nacional, duas leis municipais que legislam sobre a co-oficialização de línguas indígenas e uma língua de imigrante. No âmbito das políticas internacionais, destacaremos o Mercosul. Essas políticas, que priorizam as relações externas com os países parceiros, levam o Estado brasileiro a implementar ações que têm uma interface nacional (ensino de espanhol como língua estrangeira) e uma internacional (promoção da língua portuguesa). Nesse sentido, os acordos políticos estabelecidos no Mercosul demandam que os Estados parceiros desenvolvam políticas-espelho – cada Estado promove sua língua externamente e as línguas dos parceiros internamente.

Apenas esboçamos possíveis abordagens dos temas propostos por Hamel (1988a, 1988b), fundamentando nosso trabalho na perspectiva de uma sociolinguística que concebe a linguagem como ação social e cujo objeto de análise é o discurso. Restringimos nossas observações a ações mais recentes, sem retomarmos as *políticas linguísticas* ao longo da história do Brasil.

O estudo das *políticas linguísticas* desenvolvidas no Brasil demanda, inicialmente, informarmos sobre a situação sociolinguística mais geral do país: no extenso território brasileiro, predomina o uso da língua oficial, com a qual convivem (por vezes, em situações de conflito) aproximadamente 200 línguas minoritárias. Dentre as línguas minoritárias, assinalamos que a Libras, Língua Brasileira de Sinais, foi oficializada pela Lei 10436/2002. (Ver relação das línguas no Brasil em <http://www.labeurb.unicamp.br/elb/>)

A diversidade linguística brasileira foi historicamente silenciada pela construção de uma identidade nacional monolíngue (Morello & Oliveira, s/d; Hamel, 2003; Campos, 2006). As *políticas linguísticas* oscilaram entre a repressão a essas línguas ou o apagamento da diversidade linguística no discurso oficial. O silenciamento histórico das línguas indígenas, segundo Monserrat (2001) e Brostolin (2003), faz com que ainda não haja uma política oficial clara para essas línguas. Segundo Altenhofen (2004), as línguas de imigrantes, por sua vez, são as menos garantidas por políticas que defendam os direitos linguísticos dos seus falantes. Altenhofen (2004) aponta:

Paralelamente, pode-se dizer, o tema da diversidade cultural do Brasil começa a ganhar espaço no discurso oficial. O trabalho no âmbito da política linguística em defesa da educação bilíngue e dos direitos linguísticos das comunidades indígenas foi fundamental para os avanços conquistados. Resta, no entanto, alargar essa perspectiva para o terreno das línguas de imigrantes, que sequer são mencionadas na legislação vigente [Constituição Federal, de 1988], não obstante a sua representatividade em amplas áreas do sul do Brasil, como atesta o mapa da sua distribuição apresentado pelo ALERS. (Altenhofen, 2004, p.85)

O silenciamento das línguas minoritárias tem sido, atual e paulatinamente, interrompido por *políticas linguísticas* do Estado¹⁶ bem como por *políticas* de outros atores sociais, como se pode observar na notícia “Audiência Pública da Diversidade Linguística do Brasil”:

A criação do Grupo de Trabalho Intersetorial composto por segmentos da sociedade civil e instituições oficiais do governo para encaminhar propostas e aprofundar reflexões acerca do tema “A Criação do Livro de Registro das Línguas” foi uma das resoluções encaminhadas a partir do seminário sobre a pluralidade linguística no Brasil. (...) O Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística solicitou a realização de um **Inventário Nacional da Diversidade Linguística**, como forma de fazer um mapeamento **objetivando a criação, por parte do governo federal, de políticas que assegurem às 200 línguas existentes no país a sua continuidade e que seus falantes sejam respeitados. Também solicitou a elaboração de emenda à Constituição que reconheça a pluralidade linguística do País. A modificação beneficiaria cerca de**

200 línguas indígenas, de imigrantes e remanescentes dos quilombos. (Picanço, 2009, grifos meus)

As propostas do Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística¹⁷ apontam a ação política dos atores sociais componentes desse GT. Essa ação visa mobilizar o poder institucional nacional para elaborar e implementar *políticas linguísticas* institucionais que garantam o reconhecimento não apenas das línguas, mas também dos sujeitos e grupos sociais. Para além de simplesmente reivindicar a criação de atos legislativos, pede-se que os falantes sejam respeitados. Esse respeito consiste em garantir que os falantes das línguas minoritárias tenham voz em suas línguas maternas nos espaços públicos e não apenas nos espaços privados.

Como mostra Hamel (1988a; 1993), os falantes das línguas minoritárias frequentemente são silenciados porque não podem se expressar em espaços públicos, especialmente nas esferas administrativas. Por vezes, esses falantes são calados por não utilizarem a língua dominante ou o código escrito; outras vezes, embora conheçam a língua dominante ou o código escrito, são silenciados pela assimetria dos tipos de atos verbais ou por não dominarem os padrões de interação na língua dominante. O respeito a esses falantes pode ser expresso pelo reconhecimento oficial das suas línguas, garantindo-lhes voz nas línguas minoritárias. Além da utilização dessas línguas, pode-se garantir que os falantes dominem os diferentes padrões interacionais da língua dominante, promovendo, por exemplo, a educação bilíngue.

No Brasil, três municípios tomaram para si a responsabilidade de legislar¹⁸ sobre a diversidade linguística no âmbito da sua organização social e no limite do seu território, promovendo o reconhecimento dos sujeitos e suas línguas e o respeito a eles: São Gabriel da Cachoeira (AM), Pancas (ES) e Santa Maria de Jetibá (ES).

A Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira co-oficializou as línguas Tukano, Baniwa e Nheengatu, pela Lei nº. 145/2002¹⁹. A Câmara Municipal de Pancas co-oficializou a língua pomerana, pela Lei nº. 987/2007²⁰. A Lei n. 1136/2009²¹ co-oficializa a Língua Pomerana em Santa Maria de Jetibá (ES).

Não contrariando o estatuto de língua oficial da República, determinada pela Constituição Federal (1988), essas *políticas* fazem com que a língua portuguesa passe a dividir o estatuto oficial com outras línguas²².

As políticas linguísticas de co-oficialização dessas línguas derivam da situação sociolinguística desses municípios. São Gabriel da Cachoeira fica situado em uma

região do Amazonas em que 95% da população é indígena. As comunidades indígenas de São Gabriel falam aproximadamente 17 línguas indígenas; alguns índios não falam línguas indígenas e alguns falam (além das línguas indígenas) também português e espanhol. Em Pancas, os pomeranos são um grupo étnico de imigrantes europeus cuja terra natal (Pomerânia) já não existe mais no mapa europeu²³. Sua história mantém-se na cultura e, conseqüentemente, na língua, que é essencialmente oral²⁴. Para evitar perdas da cultura e da história e reconhecendo o papel da língua na identidade do grupo pomerano, promoveu-se a co-oficialização da língua pomerana.

Claro avanço nas *políticas linguísticas* desenvolvidas no Brasil, essas *políticas* de co-oficialização têm como base tanto as identidades dos diferentes grupos sociais quanto a preservação das línguas no patrimônio imaterial da humanidade. Sobretudo, garantem o direito dos falantes às suas línguas como parte fundamental dos direitos humanos.

A co-oficialização das línguas indígenas (Tukano, Baniwa e Nheengatu) e da língua pomerana, empreendida em nível municipal, dialoga com *políticas* estaduais e federais tanto no que se refere às ações legislativas e administrativas quanto no que se refere às *políticas* produzidas por outros agentes sociais. No caso desses agentes, assinalamos a atribuição de valores e atitudes às línguas, que podem (ou não) contribuir para a formação e recrudescimento do preconceito linguístico, que recobre o preconceito social e, por vezes, étnico.

Cotejando a co-oficialização das línguas indígenas com o texto constitucional brasileiro não encontraremos qualquer ilegalidade: a co-oficialização das línguas indígenas não contradiz nem se contrapõe à Constituição Federal; ao contrário, expande para outros espaços públicos os direitos assegurados constitucionalmente aos espaços educacionais. No que tange ao diálogo com políticas empreendidas por outros atores sociais nacionais, a co-oficialização integra-se no amplo debate a respeito das populações indígenas no Brasil: uma vez que um nível do poder institucional assegura os direitos linguísticos de comunidades indígenas, são reconhecidos também os direitos culturais dessas comunidades e são abertos espaços para afirmação de sua identidade.

No caso do Estado brasileiro, alguns discursos que circulam na mídia nacional (revistas, jornais impressos, rede de televisão, rádio) confrontam a identidade indígena à própria identidade nacional brasileira, fazendo parecer que são mutuamente excludentes. Esse debate tornou-se mais acirrado pela política federal de demarcação de

Terras Indígenas²⁵. Assim como o texto da Lei Municipal influencia as relações sociais e age sobre os padrões de interação na comunidade linguística de São Gabriel da Cachoeira, os discursos nacionais sobre “os índios” e “os brancos”/brasileiros também influenciam essas relações sociais.

Os debates nacionais e locais sobre as comunidades indígenas na sociedade brasileira (demarcação de terras, identidade, língua, sistema educacional) são ações político-discursivas que interagem com a Lei nº. 145/2002 e com as políticas linguísticas desenvolvidas no âmbito municipal e no âmbito nacional. O estudo da *política linguística* municipal de co-oficialização das línguas indígenas, portanto, não pode prescindir da análise das situações e dos padrões de interação local relacionados às ações político-discursivas dos diferentes atores sociais locais e nacionais e às políticas oficiais nacionais.

A co-oficialização da língua pomerana, diferentemente do caso das línguas indígenas, não pode ser cotejada com a legislação nacional, pois falta às línguas de imigrantes uma *política linguística* oficial nacional. No que se refere às *políticas* efetuadas por outros atores sociais, Altenhofen (2008) apresenta alguns mitos e concepções linguísticas sobre as línguas de imigrantes que agem como elementos constitutivos das *políticas* não-institucionais: monolinguismo e homogeneidade linguística no Brasil; “o mito nacionalista: ‘fale português, você está no Brasil’”; proibição de uso das línguas minoritárias; “o monolinguismo como solução dos problemas de aprendizagem do português” e atribuição de valores depreciativos às línguas de imigrantes. Essas concepções, carregadas de preconceito linguístico, subjazem às situações e aos padrões de interação e estão ligadas à cultura de atores sociais responsáveis por *políticas linguísticas* não-institucionais: família, igreja, escola, administração local. A co-oficialização do pomerano dialoga com essas concepções no contexto local e nacional.

Com base nos trabalhos de Hamel, propomos que, para o estudo das *políticas linguísticas* municipais, sejam realizadas análises sociolinguísticas que cotejem as ações político-discursivas institucionais com as não-institucionais nos contextos municipal (local) e nacional. Os aspectos a serem analisados recobrem alguns dos temas indicados por Hamel (1988a): a experiência coletiva e o sistema de simbolização; a posição social, o prestígio e a representação do conflito; a estrutura e as características dos espaços discursivos.

Para além da gestão sobre a diversidade linguística no Brasil, o Estado brasileiro desenvolve *políticas linguísticas* internacionais e supranacionais, no contexto de projetos de integração de Estados-Nações: Mercosul e Lusofonia. Restringiremos nossas observações ao Mercosul, deixando a Lusofonia para uma outra oportunidade. A elaboração de *políticas linguísticas* institucionais para o Mercosul dialoga com os objetivos (fundamentalmente econômicos) da própria formação desse bloco regional²⁶. Além disso, dialoga com a elaboração e a implementação de *políticas das línguas* no âmbito nacional (interno) dos Estados membros do Mercosul.

No caso do Brasil, o diálogo das *políticas* do Mercosul se estabelece com a gestão da diversidade linguística brasileira (acima mencionada). Na Argentina, o Estado, como mostra Varela (2008), tem restringido suas ações no que se refere às *políticas linguísticas* internas no país, sendo ainda pouco focalizadas as línguas indígenas, de surdos e de imigrantes. Atualmente o foco de ação de *política linguística* do Estado argentino está voltado para o desenvolvimento do Espanhol como Lengua Extranjera (ELE). No Paraguai, único país reconhecidamente bilíngue do Mercosul, com duas línguas oficiais (o espanhol e o guarani), o Estado tem se dedicado a desenvolver políticas de promoção da língua guarani nos diferentes espaços públicos. No Uruguai, assim como no Brasil e na Argentina, o Estado construiu um ideal de país monolíngue. A manutenção atual desse ideal caracteriza a *política linguística* do Estado, que se constitui especialmente como política educacional; uma política linguístico-educacional diferenciada do monolinguismo é a Educação Bilíngue para Surdos (Barrios et alii, 1993; Comisión de políticas lingüísticas, 2007).

Um padrão histórico comum às *políticas linguísticas* institucionais dos países do Mercosul é a construção de um ideal monolíngue. Esses países têm caminhado lentamente para o reconhecimento da diversidade linguística que os constitui, mas o ideal do monolinguismo silenciou historicamente a diversidade interna e, no contexto atual, tem dificultado a construção da integração linguístico-cultural no âmbito do Mercosul. Como indicamos anteriormente, as constituições desses países como Estados nacionais, de certo modo, explicam a construção oficial do monolinguismo.

Além das marcas do ideal monolíngue, a construção identitária desses Estados nacionais do Mercosul foi marcada também pelo isolamento (quando não pela rivalidade) do país lusófono em relação aos países hispano-falantes. O isolamento e, em alguns casos (como Brasil e Argentina), a rivalidade estão gravados na experiência

coletiva dos diferentes grupos sociais e integram os juízos e ideologias presentes nas relações sociais²⁷, nas interações dos atores sociais. As *políticas linguísticas* institucionais no âmbito do Mercosul, que visam a integração linguístico-cultural entre os países, dialogam com estes juízos, que influenciam as interações entre os lusofalantes e os hispano-falantes e são afetadas por esses juízos.

A integração linguístico-cultural dos países do Mercosul, que tem como principal objetivo garantir o intercâmbio sócio-econômico na região (trabalho, consumo), tem sido obstada pela ideologia do monolinguismo interno aos Estados-Nações, pelo isolamento e pelas rivalidades. Além desses aspectos que dificultam a implementação de uma *política linguística* regional, outro aspecto que tem dificultado a integração linguística é a falta de uma legislação do bloco regional. Nesse sentido, afirma Chareille (2003),

Las normas adoptadas por las diferentes instituciones regionales no son de aplicación directa sino que deben ser recibidas en los sistemas jurídicos nacionales, lo que aplaza su aplicación y aumenta los riesgos de interpretaciones divergentes entre las legislaciones nacionales. De hecho, la planificación lingüística del bloque descansa en sus Estados miembros y, en una menor medida, en los asociados (...). (Chareille, 2003, p.65).

A elaboração de políticas linguísticas voltadas para a integração do bloco tem suas primeiras delineações no Protocolo de Intenções, assinado pelos Ministros de Educação em 13 de dezembro de 1991, em que se indica o “interesse de difundir a aprendizagem dos idiomas oficiais do Mercosul – espanhol e português –através dos sistemas educativos”. Essa elaboração inicial de política linguística tem se desenvolvido no decorrer dos planos estratégicos (2001-2005; 2006-2010) no âmbito do Mercosul Educacional.

Uma vez que os acordos firmados em instâncias diretivas do Mercosul precisam ser adequados às legislações internas dos países membros, no Brasil, a Lei nº. 11.161/05²⁸ determina a obrigatoriedade de as escolas ofertarem o ensino de espanhol para o ensino médio. No contexto do diálogo das *políticas linguísticas* elaboradas pelos setores diretivos do Mercosul com as *políticas* nacionais brasileiras, essa lei brasileira responde a uma das metas propostas para a Educação Básica no Plano Estratégico 2001-2005: “Tener consolidado la enseñanza sistemática del idioma oficial extranjero en todos los países.” (p.6) O Plano do Setor Educacional 2006-2010 retoma e expande o

teor da meta enunciada em 2001. (PLAN DEL SECTOR EDUCATIVO DEL MERCOSUR 2006 – 2010)

Para além da interface que as *políticas* do Mercosul estabelecem com o ideal monolíngue e com o afastamento entre o país lusófono e os hispano-falantes da América do Sul, a *política* de ensino das línguas oficiais do Mercosul como línguas estrangeiras nos países membros dialoga com toda a história e com os interesses vinculados às *políticas* de ensino de línguas estrangeiras nos países²⁹. Nesse sentido, o ensino de português na Argentina, no Uruguai e no Paraguai e o ensino de espanhol no Brasil³⁰ confrontam-se mais diretamente com o ensino de língua inglesa nesses países.

Hamel (2003) apresenta o debate empreendido internamente em alguns países membros do Mercosul referente aos conflitos decorrentes dessa política regional e indica que uma política de fortalecimento das línguas portuguesa e espanhola no Mercosul poderia promover uma alternativa político-econômica à hegemonia americana, e, conseqüentemente, uma alternativa à hegemonia da língua inglesa. O autor enfatiza a necessidade de fortalecimento das línguas oficiais do Mercosul nas produções científicas, em que predomina o uso da língua inglesa.

As *políticas linguísticas* desenvolvidas pelo Brasil no âmbito do Mercosul são afetadas por e afetam 1) as construções identitárias nacionais (criando uma aparente oposição entre nacional e regional); 2) os discursos predominantes sobre a aprendizagem da língua inglesa no mercado global; e 3) as políticas de línguas estrangeiras no país³¹.

O estudo das *políticas linguísticas* para o Mercosul não pode prescindir de análises que entrecruzem os interesses em jogo. Para além da confrontação entre as *políticas* oficiais e não-oficiais, o estudo das *políticas* para o Mercosul demanda que sejam focalizados os atores sociais que compõem a base da efetivação dessas *políticas*: trabalhadores, professores e estudantes. Numa perspectiva de política linguística e sociolinguística em que a língua é vista como ação social, são perguntas centrais para o desenvolvimento das *políticas linguísticas* no Mercosul: Como se dão as interações entre os falantes no contexto do Mercosul? Como os atores sociais do Mercosul organizam suas experiências coletivas? Que valores e atitudes são atribuídos às línguas e às variedades linguísticas no contexto desse bloco regional?

Conclusão

Nosso texto objetivou apontar que o estudo das políticas linguísticas pode restringir-se a aspectos técnicos da língua – elaboração de ortografia, gramáticas e dicionários – ou à delimitação das funções e espaços das línguas. Uma perspectiva de política linguística que se fundamente na concepção de linguagem como ação social, no entanto, não se restringe ao estudo do *planejamento de corpus* e/ou ao estudo do *planejamento de status*. As ações político-discursivas são fundamentais para a compreensão da elaboração, da implementação e dos resultados das *políticas linguísticas*. As ações discursivas são, em si, ações de *política linguística*. Assim, na perspectiva de *política linguística* formulada por Hamel, dentre os objetos de estudo do campo das políticas linguísticas, em detrimento dos aspectos estruturais mais ligados ao *planejamento linguístico*, predominam os discursos institucionais e não-institucionais. As análises desses discursos, das interações entre sujeitos e grupos sociais diversos, permitem explicitar as efetivas ações políticas que regulam as relações entre língua e sociedade, as relações de poder que estão implícitas nas *políticas linguísticas*.

Neste trabalho, citamos alguns entrecruzamentos de discursos, cuja análise pode revelar relações de poder e conflitos sociais presentes nas *políticas linguísticas* institucionais e não-institucionais no Brasil: discursos sobre “os índios” no Brasil, sobre a posição social que ocupam na sociedade brasileira, sobre a demarcação de terras e o discurso oficial de co-oficialização de três línguas indígenas (Tukano, Baniwa e Nheengatu) no município de São Gabriel da Cachoeira (AM); discursos sobre imigrantes e línguas de imigrantes no Brasil e o discurso oficial de co-oficialização da língua pomerana em Pancas (ES); discursos sobre paraguaios e argentinos produzidos por brasileiros e o discurso oficial de obrigatoriedade do ensino da língua espanhola no Brasil, no contexto das *políticas linguísticas* do Mercosul.

Referências Bibliográficas

ALKMIM, T. M. “Considerações sobre o campo da sociolingüística”. In: Eleonora Cavalcante Albano; Tânia Maria Alkmim; Sírío Possenti; Maria Irma Hadler Coudry. (Org.). **Saudades da Língua**. 1 ed. Campinas: Mercado de Letras, v. 1: 593-603, 2003.

- ALTENHOFEN, Cléo V. Política lingüística, mitos e concepções lingüísticas em áreas bilíngües de imigrantes (alemães) no Sul do Brasil. In: **Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana** (RILI), Frankfurt a.M., n. 1(3): 83-93, 2004.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BALAKRISHNAN, Golpal. **Um mapa da questão nacional**. (Trad. Vera Ribeiro). Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BARRIOS, Graciela et alii. Planificación y políticas lingüísticas en Uruguay. In: **Revista Iztapalapa**, Ano 13, n 29, (Enero-Junio): 177-190, 1993.
- BRIGHT, W. “As dimensões da sociolingüística”. (Trad. de Elizabeth N. A. Jorge) In: FONSECA, M. S. V. e NEVES, M. F. **Sociolingüística**. Rio de Janeiro: Eldorado: 17-23, 1974.
- BROSTOLIN, Marta R. Da política lingüística à língua indígena na escola. In: **Tellus**, ano 3, n.4, abril: 27-35, 2003.
- CALVET, Louis-Jean. **Sociolingüística: uma introdução crítica**. (Trad. de Marcos Marcionilo). São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- _____. **Lingüística y colonialismo: Breve tratado de glotofagia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005 [1974].
- _____. **As políticas lingüísticas**. (Trad. de Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno) São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.
- CAMPOS, Cynthia Machado. 2006. **A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no Sul do Brasil**. Campinas, SP: Editora Unicamp.
- CHAREILLE, Samantha. Planificación lingüística y constitución de un bloque regional. El caso del MERCOSUR (Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay) y de Chile. In: **Language Problems & Language Planning**. Nº 27:1, 63-70, 2003.
- COMISIÓN DE POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS. (2007). Disponível em: <http://www.anep.edu.uy/documentos/cplepDOCyAP.pdf>
- FISHMAN, Joshua. “The impact of nationalism on language planning”. In: RUBIN, Joan & JERNUDD, Björn H. (Ed.). **Can language be planned? Sociolinguistic theory and practice for developing nations**. Honolulu: University Press of Hawai: 3-22, 1971.



- _____. “A sociologia da linguagem”. (Trad. de Álvaro Cabral) In: FONSECA, M. S. V. e NEVES, M. F. **Sociolingüística**. Rio de Janeiro: Eldorado: 25-40, 1974a.
- _____. “Language Planning and Language Planning Research”. The state of the art. In: FISHMAN, Joshua. **Advances in Language Planning**. Paris: Mouton: 15-33, 1974b.
- _____. **Language and Nationalism: Two Integrative Essays**. Rowley, Massachusetts: Newbury House Publishers, 1975.
- _____. **Sociología del lenguaje**. 4^a Ed. Madrid: Ediciones Cátedra, 1995.
- _____. “The relationship between Micro- and Macro-Sociolinguistics in the Study of Who Speaks What Language to Whom and When”. In: PRIDE, J. B. & HOLMES, Janet (eds.). **Sociolinguistics: Selected Readings**. Middx: Penguin Books: (2 Ed.): 15-31, 1979.
- HAMEL, Rainer Enrique. “El conflicto lingüístico en una situación de diglosia”. In: CRUZ, Héctor Muñoz (Ed.). **Funciones sociales y conciencia del lenguaje: Estudios sociolingüísticos en México**. Xalapa (México): Universidad Veracruzana: 13-44, 1987.
- _____. “La política del lenguaje y el conflicto interétnico: problemas de investigación sociolingüística”. In: ORLANDI, Eni P. **Política Lingüística na América Latina**. Campinas, SP: Pontes: 41-73, 1988a.
- _____. Políticas y planificación del lenguaje: una introducción. In: **Revista Iztapalapa**, Ano 13, n° 29, (Enero-Junio): 5-39, 1993.
- _____. “Políticas del lenguaje y educación indígena en México. Orientaciones culturales y estrategias pedagógicas en una época de globalización”. In: BEISN, R. & BORN, J (eds). **Políticas lingüísticas. Norma e identidad**. Buenos Aires: UBA: 143-170, 2001.
- _____. “Regional Blocs as a Barrier against English Hegemony? The Language policy of Mercosur in South America”. In: MAURAS, J. & MORRIS, M. A. **Languages in Globalizing World**. Cambridge: Cambridge University Press: 111-142, 2003.
- HAUGEN, Einar. “Dialeto, língua, nação”. In: BAGNO, Marcos. **Norma Lingüística**. São Paulo: Ed. Loyola, 2001. (Texto original – 1966)



- HOBSBAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismos desde 1780: Programa, mito e realidade**. 3^a Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002 [1990].
- KLOSS, Heinz. Research possibilities on group bilingualism: A report. Technical report. **International Center for Research on Bilingualism**, Québec, 1969.
- MATTELART, A. & NEVEU, E. **Introdução aos Estudos Culturais**. São Paulo: Parábola Editoria, 2004.
- MONSERRAT, Ruth M. F. “Política e planejamento lingüístico nas sociedades indígenas do Brasil hoje: o espaço e o futuro das línguas indígenas”. In: VEIGA, J e SALANOVA, A. (Orgs.) **Questões de Educação Escolar Indígena: da formação do professor ao projeto da escola**. Brasília: FUNAI/DEDOC. Campinas: ALB: 127-159, 2001.
- MORELLO, R. & OLIVEIRA, G. M. Uma política patrimonial e de registro para as línguas brasileiras. Disponível em: <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=211>
- PICANÇO, Francisca. GT discute a diversidade lingüística brasileira. (2009). Disponível em: www.ipol.org.br
- PLAN DEL SECTOR EDUCATIVO DEL MERCOSUR 2006 – 2010. Disponível em: <http://www.sic.inep.gov.br>
- PLANO ESTRATÉGICO 2001 – 2005. Disponível em: <http://www.sic.inep.gov.br>
- SIGNORINI, Inês. 2004. “Por uma teoria da desregulamentação lingüística”. In: BAGNO, Marcos. **Lingüística da norma**. São Paulo: Ed. Loyola.
- SEALEY, A. & CARTER, B. Social categories and sociolinguistics: applying a realist approach. In: **International Journal Of The Sociology Of Language**. n. 152: 1-19, 2001.
- STURZA, E. R. **Línguas de fronteira e Políticas de línguas: Uma História das Idéias Lingüísticas**. Unicamp, Campinas. (Tese de doutorado), 2006.
- VARELA, L. “Política lingüística: ¿qué está pasando en Argentina?”. In: Piñón, F. (dir.): **Indicadores culturales 2007**, Caseros: Eduntref, 2008.

¹ Exemplos de estudos que focalizam estas relações são os produzidos por pensadores gregos que se ocuparam do estudo da argumentação/retórica ainda na Antiguidade; no início do séc. XX, estudiosos europeus realizaram estudos etnológicos a partir das concepções sobre linguagem e cultura formuladas por Franz Boas; também no início do séc. XX, o próprio Ferdinand de Saussure (por meio da eleição da *langue* e descarte da *parole*, que se caracterizaria por ter um caráter mais social), ainda que superficialmente, abordou esta relação.



² Estudos que compuseram a base do campo da Sociolinguística são antecedentes aos anos 1960, bem como a utilização do termo *language planning* (*planejamento linguístico*), lançado por E. Haugen nos anos 1950 (1959). Entretanto, o congresso e a publicação do livro marcam a fundação deste campo em meio aos estudos científicos da linguagem.

³ Assim é que “o ‘planejamento linguístico’ recebe seu batismo na mesma época que a sociolinguística” (Calvet, 2007, p.13) e, desde seu surgimento, refere-se “à política oficial no que diz respeito ao uso da língua” (Bright, 1974, p. 21).

⁴ Como afirma Calvet (2002), não há possibilidade de pensarmos a Sociolinguística sem a Sociologia. É da Sociologia que vêm muitos dos conceitos fundamentais a este campo de estudos linguísticos. Por exemplo, W. Labov, cujas pesquisas dão origem à corrente conhecida como Teoria da Variação (ou Sociolinguística Variacionista), retoma e radicaliza a postura teórica de A. Meillet, para quem a linguagem é, ao mesmo tempo, um fato social e um sistema. Ao expor esta postura, Meillet marca sua filiação ao sociólogo Émile Durkheim. (Calvet, 2002).

⁵ Por comunidade linguística Fishman entende: “aquella cuyos miembros participan por lo menos de una variedad lingüística y de las normas para su uso adecuado” (Fishman 1995:54). Para o autor, há pequenas e grandes comunidades linguísticas nas quais são estabelecidas redes comunicativas concretas organizadas em função da família, de amizades, de interesses comuns e/ou de grupos de trabalho. Cada uma destas redes comunicativas desenvolve alguma variedade de repertório verbal. “Una de las características de las comunidades lingüísticas grandes y diversificadas consiste en que algunas variedades de sus repertorios verbales son adquiridas y reforzadas principal y experimentalmente por la interrelación verbal real de unas retículas concretas, mientras que otras lo son en virtud de la integración simbólica de retículas que casi nunca pueden existir en ningún sentido físico. Es más probable que la “nación” o la “región” constituyan una comunidad lingüística de este último tipo y que la lengua estándar (“nacional”) o la lengua regional representen su variedad lingüística correspondiente.” (Fishman, 1995, p.55).

⁶ No texto “The relationship between Micro- and Macro-Sociolinguistics in the study of who speaks what language to whom and when”, Fishman (1972) afirma que o conceito de *domínio* foi desenvolvido inicialmente por Georg Schmidt-Rohr para o estudo do comportamento linguístico de alemães no estrangeiro. Este autor apontou a existência de nove domínios: a família, o espaço de lazer, a escola, a igreja, a literatura, a imprensa, o militar, a corte e a administração governamental. Para Fishman, entretanto, não há limitações numéricas de domínios.

⁷ Para Fishman (1971; 1975), o conceito de Estado-Nação (modelo político das nações históricas – como a Inglaterra, a Dinamarca e a França) designa o Estado que dispunha de um aparato técnico e que construiu o nacionalismo como modo de integração cultural e linguística. A Nação-Estado, por sua vez, refere-se àquela nação que já possuía uma unidade constituída a partir de interesses e objetivos comuns, mas que ainda precisava construir um aparato burocrático-administrativo de Estado. Para nosso trabalho, esta diferenciação não é relevante. Não é o objetivo de nosso trabalho aprofundar o estudo dos processos de construção das nações nem o do papel das políticas linguísticas no interior desses processos; para aprofundamento desse estudo, sugerimos a leitura de Haugen (2001), Signorini (2004), Hobsbawm (2002), Anderson (2008) e Balakrishnan (2000).

⁸ Este processo pode ser verificado tanto nos países europeus e americanos (dentre os quais, os latino-americanos) no final do séc. XIX e início do séc. XX quanto na constituição dos recém formados/independentes Estados da África e Ásia a partir da metade do séc. XX.

⁹ Segundo Fishman (1974), o International Research Project on Language Planning Processes (Projeto de Pesquisa Internacional em Processos de Planejamento Linguístico), realizado por J. Fishman, C. Ferguson e J. Das Gupta (1968-1969), foi pioneiro em realizar comparações entre as diferentes ações de *planejamento* realizadas em diferentes países e em associar critérios atitudinais e informacionais aos critérios de usos das línguas na avaliação e elaboração de *planejamentos*.

¹⁰ A proposta de uma ciência objetiva – em que o pesquisador teria afastamento e isenção em relação a seu objeto de pesquisa, negando qualquer caráter de subjetividade – estava na base dos estudos científicos da linguagem desenvolvidos dos anos 20 a 40 do séc. XX. Esta proposta está presente também nos primeiros trabalhos sobre *planejamento linguístico*.

¹¹ O fazer científico é carregado de ideologia e política não apenas nos casos em que há engajamento por parte dos estudiosos, pois, como mostra Fishman (1974b), os planejadores (linguistas ou políticos profissionais) sempre fazem suas escolhas a partir de valores e lealdades. Nesse sentido, o texto de Hamel (1993) de certa forma responde à demanda de estudo a respeito dos planejadores apresentada por Fishman (1974b).

¹² Hamel cita os seguintes autores: COOPER, R. L. **Language planning and social change**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. GUESPIN, L. & MARCELLESI, J. Pour la glottopolitique. In: **Langages**, n. 83, 1986. pp. 5-34. JERNUDD, B. H. Language planning as discipline. In: **Journal of Multilingual and Multicultural Development**. Vol. 12, n. 1, pp. 127-134.

¹³ Analisando situações comunicativas, nas quais se inserem os padrões de interação, Hamel ocupa-se de assembleias administrativas em comunidades indígenas e aulas em escolas do México. Para análise desses padrões, o autor recorre ao conceito de situação comunicativa formulado no campo da etnografia da comunicação. A este conceito, o autor associa os processos sócio-históricos e ideológicos mais próximos do conceito de discurso. Embora o autor não faça referência à discussão acadêmica acerca dos Gêneros do Discurso, parece-nos que as análises do autor são compatíveis com os estudos de gêneros, de modo que parece-nos possível aproximar a noção de padrões de interação a de gêneros do discurso.

¹⁴ A estrutura de classes deve ser entendida no conjunto das formulações teóricas e analíticas da sociologia. Embora seja possível repensar as categorias sociais a partir de conceitos como etnicidade, diversidade cultural e identidade/diferença (especialmente como formuladas recentemente pelos Estudos Culturais), entendemos com Mattelart & Neveu (2004) que estas categorias não descartam a estratificação/organização sócio-econômica. A reflexão sobre as filiações conscientes a determinadas categorias identitárias não pode prescindir da análise do acesso e da mobilização dos capitais materiais e simbólicos na construção e organização das relações sociais. (ver Bourdieu, 2004; Sealey & Carter, 2001)

¹⁵ No caso das línguas ágrafas, são focalizados a gramática e o léxico.

¹⁶ Para obter informações sobre outras políticas linguísticas promovidas pelas instâncias de governo, consultar <http://www.ipol.org.br/>. Em nosso trabalho, restringimo-nos às leis de oficialização de três línguas indígenas e de uma língua de imigrante.

¹⁷ O Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística foi constituído no Seminário para a Criação do Livro de Registro das Línguas, que se realizou no Congresso Nacional em março de 2006. São membros desse GT representantes das seguintes instituições: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan/MinC); Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD/MEC); Museu Emílio Goeldi do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT); Museu do Índio da Fundação Nacional do Índio, do Ministério da Justiça (FUNAI/MJ); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (IBGE/MPOG); Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura (FCP/MinC); Laboratório de Línguas da Universidade de Brasília (UnB); Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados; Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN; Unesco/ONU; Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL). O GT tem o objetivo de analisar a situação linguística do Brasil, estudar a legislação que poderia gerir essa diversidade e propor estratégias para a criação de uma política patrimonial compatível com a diversidade linguística abrigada pelo Brasil.

¹⁸ O Estado brasileiro é uma Federação que se divide em Estados e Municípios, os quais são autônomos para legislar desde que não contradigam ou contrariem a Constituição Federal.

¹⁹ Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/idioma/20021211.htm>

²⁰ Disponível em: <http://www.cmpancas.es.gov.br/cidade/leis/2007/987.pdf>

²¹ Disponível em: <http://www.ipol.org.br/>

²² Uma análise sociolinguística dessas *políticas* numa perspectiva mais técnica restringir-se-ia ao estudo da padronização das línguas, à produção de instrumentos técnicos (alfabeto, ortografia, gramática) (corpus) e à definição dos espaços e funções de cada língua (*status*). O *planejamento de corpus* é necessário, principalmente, para a oficialização de línguas ágrafas, como também é necessário o *planejamento de status*. Entretanto, numa perspectiva de sociolinguística como enunciada por Hamel, as análises ocupam-se **principalmente** das ações discursivas dos atores sociais envolvidos nas *políticas*.

²³ A Pomerânia era uma região situada ao norte da Alemanha e da Polônia e foi anexada a esses países após a Segunda Guerra Mundial. A língua pomerana é uma língua germânica.

²⁴ Estão sendo desenvolvidos estudos com vistas à produção da escrita dessa língua.

²⁵ Os discursos produzidos e reproduzidos (citação de falas) na mídia não se restringem à confrontação brasileiros X indígenas, mas estes predominam em função dos interesses econômicos em jogo na demarcação das terras.

²⁶ O Mercosul – Mercado Comum do Sul – visa desenvolver a integração e a cooperação entre os Estados membros, criando um bloco/mercado regional capaz de negociar com outros blocos regionais, como mostra o texto disponível no site do Governo Federal: “Ao esforço de integração inicialmente empreendido por Argentina e Brasil uniram-se Paraguai e Uruguai. Juntos, os quatro países formularam o projeto de criação do Mercado Comum do Sul, o Mercosul, culminando na assinatura do [Tratado de Assunção](#), em 26 de março de 1991. Naquela data, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai acordaram

ampliar as dimensões dos seus mercados nacionais, com base na premissa de que a integração constitui condição fundamental para acelerar o processo de desenvolvimento econômico e social de seus povos.” São Estados Associados do Mercosul a Bolívia (desde 1996), o Chile (desde 1996), o Peru (desde 2003), a Colômbia e o Equador (desde 2004). Disponível em: <http://www.mercosul.gov.br/principais-tema-da-agenda-do-mercado/aspectos-gerais-do-mercado/a-criacao-do-mercado/>.

²⁷ No cotidiano brasileiro, ouvem-se inúmeras piadas que fazem referência a uma imagem que muitos brasileiros fazem dos argentinos – os argentinos são arrogantes. Um comercial brasileiro utilizou um discurso recorrente que desqualifica os produtos que vêm do Paraguai. Quem não se lembra do texto publicitário “¿La garantía? La garantía soy yo!”? A imagem de que tudo que é oriundo do Paraguai é falsificado pode desqualificar os produtos e, consequentemente, os próprios paraguaios.

²⁸ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11161.htm

²⁹ Historicamente, os países sul-americanos adotaram como línguas estrangeiras as línguas européias (francês, alemão, italiano e, em menor medida, inglês). O atual contexto da globalização fez com que a maioria dos países do Mercosul adotasse a língua inglesa como principal língua estrangeira.

³⁰ Devido às limitações de espaço do trabalho, não abordamos nesse artigo as questões referentes às atitudes e aos valores atribuídos às variedades americanas da língua espanhola (normalmente menos prestigiadas que a variedade espanhola) nem à educação bilíngue nos contextos de fronteira.

³¹ Vale lembrar que essas políticas têm como interface as políticas de promoção de línguas européias, representadas especialmente pelos institutos culturais, como o Cervantes, o Goethe e a Aliança Francesa. Ademais, outra interface dessas políticas de línguas estrangeiras são as políticas editoriais dos manuais didáticos, pelos quais editoras nacionais e internacionais interferem no ensino de línguas.